

A COMISSÃO DAS MATAS DO ESTADO DA ÍNDIA (1863). CIÊNCIA, COLONIALISMO E NATUREZA NAS NOVAS CONQUISTAS, GOA

JOSÉ MIGUEL MOURA FERREIRA*

Resumo: *Remotas, hostis e densamente florestadas, as províncias montanhosas do território das Novas Conquistas, em Goa, são normalmente apresentadas pela historiografia como um espaço de alteridade face à construção da ordem imperial portuguesa, devido às suas condições ecológicas, sociais e culturais. Este artigo tem como objectivo esboçar uma análise introdutória das tentativas de governar este território, tomando como objecto de estudo os trabalhos realizados pela Comissão das Matas do Estado da Índia, encarregada em 1863 de promover a organização e administração das florestas de Goa. Ao tomar a gestão colonial dos recursos naturais como objecto de análise, esta abordagem inspira-se na extensa bibliografia dedicada à História Ambiental dos Impérios, particularmente no contexto da Índia Britânica.*

Palavras-chave: *Goa; Florestas; Colonialismo; História Ambiental.*

Abstract: *Isolated and hostile, the rugged and densely forested provinces of the New Conquests of Goa are usually seen as a space of alterity in relation to the Portuguese imperial order, mainly because of their ecological, social and cultural specificities. This paper proposes a preliminary analysis of the colonial attempts to govern this territory, by looking at the work of the Forestry Committee of 1863, which aimed at ordering and administering the forests of Goa. By taking the colonial governance of natural resources as its object, this paper takes inspiration from the large number of studies that have been dedicated to the Environmental History of Empires, particularly in the case of British India.*

Keywords: *Goa; Forests; Colonialism; Environmental History.*

1. INTRODUÇÃO

A conservação das florestas constitue um dos primeiros interesses da sociedade. É dellas que a agricultura, a architectura, e quasi todas as indústrias colhem os alimentos e recursos, que nenhuma outra fonte de produção pôde oferecer-lhes. Assim os legisladores de todos os tempos têm feito da conservação das florestas o objecto da sua constante solicitude; e poucas cousas ha hoje tão merecedoras da atenção dos economistas, como a questão da extensão e distribuição d'ellas sobre um paiz¹.

Era com estas eloquentes palavras que o agrónomo António Lopes Mendes chamava a atenção dos leitores do seu livro *A Índia Portuguesa* para a importância da conservação das florestas de Goa. Publicada em 1886, esta obra foi o resultado de nove anos de estadia nas colónias portuguesas da Índia e constitui provavelmente a descrição mais completa

* Esta investigação é parte de um projecto de doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do programa doutoral PIUDHist (SFRH/BD/52283/2013). ICS-UL e CHAM-FCSH-NOVA/UAç. jose.mourafferreira1988@gmail.com.

¹ MENDES, 1886: vol. II, 30.

destes territórios escrita durante o século XIX. Os seus dois volumes fornecem informações sobre temas tão diversos como a história e a geografia da colónia, os seus monumentos e as práticas religiosas dos seus habitantes. As florestas são um dos temas privilegiados por Lopes Mendes ao longo do texto, o que se deve sem dúvida ao facto de pouco depois da sua chegada à Índia, em 1862, ter sido nomeado para integrar uma comissão que percorreu o território de Goa com o objectivo de estudar os seus recursos florestais. As observações feitas nesse contexto aguçaram o seu interesse pela questão, alertando-o para o valor potencial das florestas da Índia Portuguesa.

Século e meio mais tarde, o pequeno estado de Goa continua a apresentar uma cobertura florestal invejável representado, segundo os dados oficiais, mais de 20% do território². Situado na costa ocidental da Índia, o território de Goa é constituído por uma planície costeira que se vai tornando progressivamente mais elevada à medida que se aproxima da cordilheira dos Gates Ocidentais, ou Sahyadris, que separa Goa dos estados vizinhos de Maharashtra e Karnataka. É nesta região do interior que se encontram os principais maciços florestais do estado, compostos nas zonas de planalto intermédio por matagais mais ou menos esparsos, que cedem lugar a florestas tropicais húmidas nas áreas mais montanhosas dos Gates Ocidentais, onde se encontra a maior biodiversidade da região³. Por este motivo, ao longo dos últimos anos, a protecção destas florestas tem constituído um dos principais campos de actuação dos movimentos ecologistas locais, confrontados com as ameaças representadas pelo crescimento do turismo de massas, pelo corte ilegal de árvores florestais e pela exploração desregrada das minas de ferro e manganês⁴.

No entanto, apesar da sua importância na ecologia regional, estas regiões montanhosas e densamente florestadas raramente são mencionadas pela generalidade dos estudos sobre a história de Goa. A história dos projectos coloniais que procuraram conhecer, dominar e administrar estas florestas permanece assim por escrever, o mesmo acontecendo com a análise do percurso de cientistas coloniais como António Lopes Mendes. Esta situação contrasta com a profusão de estudos dedicados às políticas florestais da Índia Britânica, que têm explorado tópicos como os conflitos em torno do acesso aos recursos florestais ou a genealogia das concepções científicas de conservação da natureza, mostrando como os ensaios de silvicultura imperial levados a cabo neste contexto influenciaram as práticas de conservação florestal que seriam mais tarde adoptadas um pouco por todo o mundo⁵. Tomando como eixo central de análise as articulações entre colonialismo e natureza, estas abordagens oferecem-nos algumas das perspectivas mais inovadoras no campo da História Ambiental dos impérios⁶.

Ao investigar os trabalhos realizados pela Comissão das Matas do Estado da Índia, em 1863, este artigo procura esboçar uma aproximação inicial ao estudo das florestas de

² FOREST SURVEY OF INDIA, 2015: 139-142.

³ ALVARES, 2002: 6-7, 20-25 e 42-44.

⁴ ALVARES, 2002: 46-53 e 224-247; MINISTRY OF ENVIRONMENT AND FORESTS, 2011: vol. I, 76-85 e vol. II, 84-85.

⁵ GUHA & GADGIL, 1992; GROVE, 1995; SIVARAMAKRISHNAN, 1999; SKARIA, 1999; BARTON, 2002; RAJAN, 2006. Para uma visão panorâmica sobre estes debates, ver SIVARAMAKRISHNAN, 2008; MANN, 2013.

⁶ Sobre a relação entre História Ambiental e História dos Impérios, particularmente no contexto britânico, ver CROSBY, 1986; BEINART & HUGHES, 2007; BEATTIE, 2012.

Goa, integrando-as nos debates da História Ambiental dos impérios coloniais. A escolha deste objecto de análise deve-se, desde logo, ao facto de ter sido a primeira comissão oficial com o objectivo de estudar estas florestas que deixou registos escritos, onde se conjugavam ambições de domínio político e aproveitamento económico dos recursos naturais, com preocupações ecológicas incipientes acerca da conservação dos mesmos. Neste sentido, os *Apontamentos* publicados pelos membros da comissão nesse mesmo ano de 1863 constituem a principal fonte para a elaboração deste trabalho. Em segundo lugar, porque esta foi a primeira comissão de estudo das florestas de Goa que integrou um agrónomo formado na metrópole, o já referido Lopes Mendes. E, por fim, porque esta tentativa precoce da administração colonial portuguesa para investigar as florestas goesas decorreu numa cronologia em que as autoridades britânicas na Índia estavam a realizar esforços semelhantes, o que nos convida a repensar o lugar de Goa nas histórias do império português no século XIX.

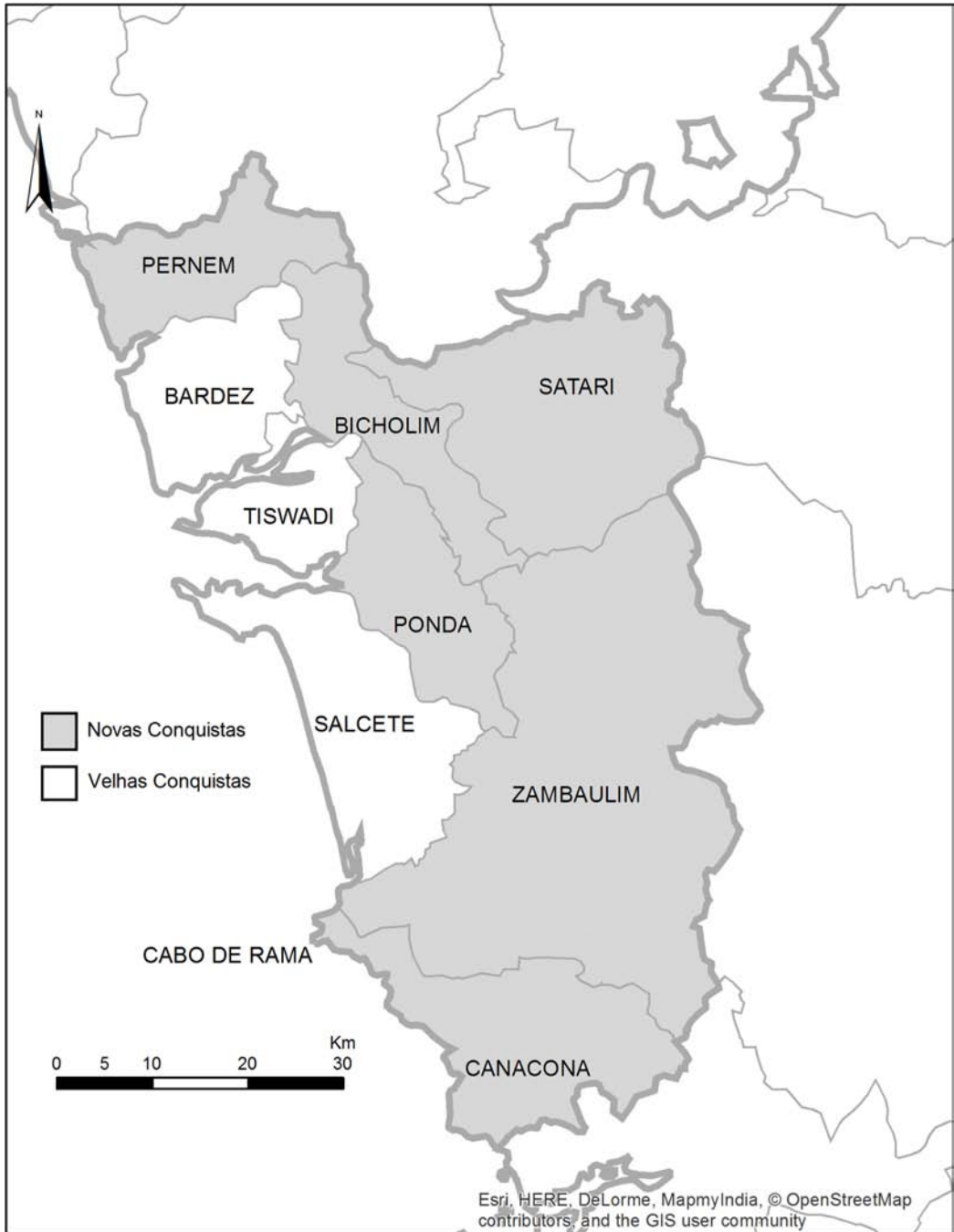
2. VELHAS E NOVAS CONQUISTAS

Embora a presença portuguesa em Goa remontasse ao século XVI, as principais zonas florestais só entraram na dependência directa da administração colonial na segunda metade de setecentos, quando uma sucessão de campanhas militares estendeu o domínio português aos contrafortes dos Gates Ocidentais⁷. Foi neste contexto que, em 1763, foram anexadas as províncias de Pondá, Canácona, Zambaulim e Cabo de Rama, anteriormente pertencentes ao rajá de Sunda. Em 1788 seria a vez das regiões de Bicholim, Satari e Perném, tomadas aos Bhonsle de Sawantwadi. Apelidadas de Novas Conquistas, por contraponto às zonas costeiras de Tiswadi, Salcete e Bardez, estas províncias compreendiam cerca de 2.000 km² e constituíam mais de 3/5 da superfície total de Goa. Ao anexar estes territórios, as autoridades da Índia Portuguesa passavam também a controlar as suas ricas florestas, localizadas sobretudo no interior de Pondá, Zambaulim e Satari⁸.

⁷ CARREIRA, 2006: 91-106.

⁸ RODRIGUES, 2006: 483-484.

Mapa n.º 1 – Território de Goa (c. 1800)⁹.



⁹ Mapa baseado em MENDES, 1886: vol. I, 26-27. A divisão administrativa destas províncias sofreu várias alterações ao longo do século XIX.

Os apelos à conquista destas regiões tinham partido, em grande medida, da necessidade de assegurar uma linha de fronteira defensável para o território de Goa, expandindo-o até aos contrafortes dos Gates Ocidentais, respondendo assim às perdas sofridas noutros pontos do subcontinente. Mas resultavam também da oportunidade de aceder às vastas riquezas naturais desses territórios, entre as quais se contavam as suas florestas repletas de árvores lenhosas, frutíferas e medicinais, mas também de plantas como a pimenta redonda e a canela¹⁰. No entanto, em meados do século XIX, o governo das Novas Conquistas representava ainda um desafio para as autoridades coloniais portuguesas. As dificuldades partiam, desde logo, das diferenças entre as planícies costeiras, que tinham constituído o território de Goa durante mais de 250 anos, e as regiões das Novas Conquistas, onde as montanhas se elevavam a mais de 1000 metros de altitude, a pluviosidade era mais abundante e a cultura intensiva do arroz dava lugar ao cultivo de jaqueiras e mangueiras, à pecuária e à agricultura itinerante¹¹.

Deste modo, a imagem das Novas Conquistas era a de um «espaço de alteridade» ou de uma «fronteira interna», por oposição a uma ordem colonial que seria representada pelas três províncias das Velhas Conquistas¹². Para muitos autores coevos, as florestas de Goa surgiam assim simultaneamente como um lugar de riquezas potenciais, mas também como uma paisagem onde se projectavam as suas ansiedades militares, medicinais e ecológicas. Esta ambivalência era exacerbada pelas limitações do conhecimento que a administração de Goa possuía sobre o território das Novas Conquistas, a sua geografia e os seus habitantes, que se esgotava em grande medida nas informações colhidas durante as sucessivas campanhas militares contra as revoltas protagonizadas pelas populações locais e nas compilações jurídicas dos seus usos e costumes¹³. Neste contexto, o estudo das florestas goesas não respondia apenas a imperativos económicos e científicos, mas tinha igualmente o significado político de examinar regiões que se mostravam hostis à implantação do estado colonial.

3. «PROMOVER A ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DA NOSSA ÍNDIA»

A comissão criada em 1863 devia assim avaliar a área florestal de Goa, inventariando os seus recursos e tornando-as legíveis para a administração colonial. Esta iniciativa inseria-se num conjunto mais vasto de projectos que visavam modernizar a colónia e integrar de forma efectiva os territórios das Novas Conquistas, que vinham sendo postos em prática pelo governador António César de Vasconcelos Correia, conde de Torres Novas. Desde a sua chegada a Goa, em finais de 1855, este governador tinha adoptado uma política de investimento nas obras públicas da cidade de Pangim, capital da Índia Portuguesa,

¹⁰ AHU – «Arbitrio em ordem ao augmento, e riqueza do Estado da Índia» (c. 1750), *Conselho Ultramarino, Índia*, caixa 162; AHU – «Relação resumida do que se tem obrado...» (1782), *Conselho Ultramarino, Índia*, caixa 358.

¹¹ ALVARES, 2002: 22; AXELROD & FUERCH, 2006: 90-94.

¹² O conceito de «fronteira interna», aplicado à História Ambiental dos impérios, tem marcado algumas propostas recentes da historiografia sobre a Índia Mogol e Britânica. Ver HAINES, 2015.

¹³ XAVIER, 1840; ROQUE, 2001: 52-54.

e no melhoramento da rede viária, estendendo-a às províncias das Novas Conquistas e ligando-a ao território britânico. Um ano antes do começo dos trabalhos da comissão, em 1862, a Fazenda Pública goesa arrendara também alguns terrenos incultos na província de Satari a plantadores estrangeiros, para que estes introduzissem na região culturas rentáveis como o café, o algodão ou o gengibre¹⁴.

As actividades da Comissão das Matas do Estado da Índia surgiam então num contexto mais alargado de diligências que visavam reconhecer o território de Goa e que eram, de resto, muito semelhantes às que decorriam em Portugal desde a Regeneração de 1851¹⁵. A comissão tinha, deste modo, como objectivo fundamental «promover a organização, e desenvolvimento florestal» da Índia Portuguesa¹⁶, respondendo a algumas das questões com que a Administração das Matas de Goa, à semelhança das suas congéneres na Índia Britânica, se deparava: a quem pertenciam as florestas, quais eram os seus limites e qual era a sua composição¹⁷. O governador ordenava assim que os comissários percorressem as Novas Conquistas, examinando «todas as mattas e florestas do Estado, que existem nos referidos terrenos, a sua qualidade, se estão bem tratadas, se são susceptíveis de melhoramentos e as providências que são precisas para esse fim»¹⁸.

Esta preocupação com a organização florestal das Novas Conquistas inseria-se, de resto, numa genealogia de iniciativas que remontavam ao último quartel do século XVIII e às políticas da Intendência Geral de Agricultura¹⁹. Entre estas iniciativas contam-se as tentativas de plantação de árvores de construção em diversos pontos do território²⁰ e os editais que sublinhavam a necessidade de conservar os recursos florestais existentes, com destaque para as árvores de teca (*Tectona grandis* L.f.) e de puna (*Sterculia foetida* L.) que eram consideradas essenciais para a construção naval²¹. Instruções semelhantes foram emitidas regularmente pelas autoridades de Goa ao longo das décadas seguintes, chegando mesmo a ser nomeadas comissões para inventariar as madeiras indispensáveis para o abastecimento do Arsenal as quais, no entanto, não parecem ter obtido resultados práticos, nem deixado registos escritos dos seus trabalhos.

Que argumentos presidiram então a estes projectos? Como já referi, a generalidade destas iniciativas tinha como objectivo declarado reanimar a construção naval em Goa, que diminuía consideravelmente ao longo do século anterior com a passagem de muitas das construções para os estaleiros de Damão²². Esta ligação entre a gestão dos recursos florestais e os interesses navais era bastante semelhante ao que acontecia na metrópole onde a administração das matas nacionais esteve a cargo do Ministério da Marinha até 1852²³. De resto, pelo menos desde o século XVI que as diferentes marinhas europeias se

14 MENDES, 1886: vol. I, 22-26; FARIA, 2014: 94-95 e 188-190.

15 BRANCO, 2005: 168-172; MELO, 2010: 125-129.

16 XAVIER *et al.*, 1863: «Introdução», I.

17 BUCHY, 1996: 15-18.

18 XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Official», 8.

19 RODRIGUES, 2006: 507-508.

20 AHU – «Notícia dos progressos do Estabelecimento da Agricultura» (1803), *Conselho Ultramarino, Índia*, caixa 410.

21 XAVIER, 1840: vol. 1: 39-40.

22 CARREIRA, 2003: 141-171.

23 RADICH & ALVES, 2000: 93; MELO, 2010: 129.

tinham mostrado preocupadas com o fornecimento de madeiras aos seus arsenais, estando na linha da frente dos apelos à conservação das florestas²⁴.

Mas a preocupação com a conservação dos recursos florestais assentava também num receio de que estes se poderiam extinguir em breve, ideia que se acentuou ao longo da segunda metade do século XVIII nos textos de vários economistas políticos²⁵. No caso de Goa, mais do que um governador escreveu relatórios alarmantes para a metrópole, descrevendo o estado periclitante das florestas goesas²⁶. Infelizmente, a inexistência de dados concretos sobre a cobertura florestal do território de Goa neste período não nos permite apreciar a exactidão destes receios, nem averiguar com certeza o impacto da desflorestação que terá ocorrido. De resto, é preciso ter em conta que esta argumentação era recorrente na literatura coeva dedicada ao tópico das florestas, como se observa na célebre *Memória* sobre o plantio de novos bosques em Portugal, escrita pelo naturalista luso-brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, não constituindo necessariamente um reflexo exacto das condições ecológicas então existentes²⁷.

Parece contudo inegável que, para lá dos seus usos retóricos, estas inquietações eram de facto sentidas como urgentes, estando na origem de sucessivos apelos à conservação dos recursos florestais. Em Goa, estes apelos levaram à nomeação de um Administrador das Matas, em 1845, que foi encarregado do seu «melhoramento e fiscalização»²⁸. Porém, a Administração Geral das Matas só seria estabelecida oficialmente com a publicação de um regulamento, em 1851, por iniciativa do governador-geral José Joaquim Januário Lapa, barão de Vila Nova de Ourém. Tendo ocupado os cargos de Ministro da Marinha e Ultramar e de Ministro da Guerra, no final da década de 1840²⁹, é muito provável que Januário Lapa estivesse familiarizado com o projecto de Código Florestal que estava então a ser debatido na Câmara dos Deputados. Este conhecimento terá contribuído para que, pouco depois da sua chegada à Índia, o governador tivesse promulgado um regulamento que estava, no seu entender, «em harmonia com a legislação pátria e os Códigos Florestas das Nações Civilizadas»³⁰.

Para além dos debates que tinham lugar na metrópole, em Goa fazia-se também sentir a influência do exemplo próximo da Índia Britânica, a que o próprio barão de Vila Nova de Ourém fazia referência para justificar algumas das medidas mais restritivas que o seu projecto de regulamento continha³¹. De facto, nas décadas centrais do século XIX as autoridades coloniais britânicas desenvolveram um conjunto de políticas que estive-

²⁴ WING, 2012; RADKAU, 2012: 136-140

²⁵ PÁDUA, 2002: 34-62.

²⁶ AHU – «Ofício n.º 111 do Governo-Geral do Estado da Índia» (10-07-1846), n.º 1903, SEMU, *Correspondência de Governadores*, 1846.

²⁷ SILVA, 1815: 9-19. Sobre as cautelas necessárias na leitura destes textos, ver RADKAU, 2012: 156-170.

²⁸ AHU – «Ofício n.º 347 do Governo-Geral do Estado da Índia» (23-12-1845), n.º 1902, SEMU, *Correspondência de Governadores*, 1845.

²⁹ FARIA, 2014: 527.

³⁰ AHU – «Ofício n.º 173 do Governo-Geral do Estado da Índia» (22-08-1851), *Consultas do Conselho Ultramarino*, caixa 10, doc. 443.

³¹ AHU – «Ofício n.º 41 do Governo-Geral do Estado da Índia» (09-02-1852), n.º 1905-2, SEMU, *Correspondência de Governadores*, 1851-1852.

ram na origem da criação de uma administração florestal progressivamente mais centralizada e moldada pelos princípios da silvicultura germânica³². Este interesse pelas florestas da Índia que, tal como em Goa, partira inicialmente de uma inquietação com o provimento da *Royal Navy*, ganhou uma nova dimensão no final da década de 1840, com a criação de um departamento florestal na Presidência de Bombaim, vizinha de Goa³³.

Estas décadas foram também marcadas pelo peso crescente das ideias científicas sobre o impacto da desflorestação no meio ambiente que, a par das inquietações com a escassez de madeiras de construção, moldaram as políticas de conservação das florestas. Neste sentido, os estudos de autores como Richard Grove e Ravi Rajan sublinham o papel das elites técnico-científicas, como os médicos escoceses ou os silvicultores germânicos que serviam na Índia Britânica, na divulgação das obras de cientistas como Alexander von Humboldt ou Jean-Baptiste Boussingault sobre as relações entre a cobertura florestal e o clima³⁴. Embora a sua aceitação no seio da burocracia imperial não tenha sido unânime, estas ideias acabaram por marcar profundamente as políticas florestais do *Raj* ao longo de todo período colonial, sendo frequentemente mobilizadas pelas autoridades britânicas para legitimar a expansão do seu controlo sobre as florestas.

As preocupações da administração colonial com as florestas goesas desenvolveram-se, deste modo, em articulação com a circulação de ideias que tinham a sua origem tanto no reino, como na Índia Britânica. Ainda assim, quando comparadas com a profusão de trabalhos científicos e projectos legislativos estudados por Grove e Rajan, as iniciativas dispersas que foram desenvolvidas na Índia Portuguesa foram bastante limitadas. Estas limitações deveram-se, em parte, à inexistência de redes técnico-científicas semelhantes às que serviram de base ao trabalho destes autores. De facto, ao longo das décadas de 1840 e 1850 os administradores das matas de Goa foram todos militares e as medidas adoptadas neste período continuavam a enfatizar sobretudo os usos económicos das florestas, embora o barão de Vila Nova de Ourém mencionasse já a necessidade de se evitar a degradação do clima causada pela desflorestação³⁵.

No entanto, se desviarmos o olhar do campo restrito destes especialistas, é possível observar que a reflexão sobre estas questões se estendeu a um grupo mais alargado de actores, entre os quais se destacavam as elites goesas, que estavam familiarizados com os estudos científicos produzidos sobre a matéria. Ao anunciar a nomeação da Comissão das Matas, a imprensa goesa não se coibiu assim de manifestar as suas opiniões acerca dos seus objectivos e do desenvolvimento da silvicultura enquanto ciência. Um artigo publicado no jornal *A Aurora de Goa* referia então os trabalhos de economia política de Wilhelm Roscher, alertando os comissários para que «o florestal, como o agricultor (...) existe na fronteira que separa a sociedade da natureza», pelo que deviam conjugar o exame das florestas com o conhecimento das sociedades locais³⁶.

³² BARTON, 2002: 38-61; RAJAN, 2006: 80-107.

³³ GROVE, 1995: 396-397 e 426-436.

³⁴ GROVE, 1995: 364-379 e 428-441; RAJAN, 2006: 64-74.

³⁵ AHU – «Ofício n.º 142 do Governo-Geral do Estado da Índia» (17-07-1851), *Consultas do Conselho Ultramarino*, caixa 10, doc. 443.

³⁶ *A Aurora de Goa*, n.º 4 (27-01-1863): 15; *A Phoenix de Goa*, n.º 88 (30-12-1862): 207-208.

4. VIAGEM ÀS NOVAS CONQUISTAS

Neste contexto, a administração colonial esperava que a Comissão das Matas de 1863 marcasse um ponto de viragem, instituindo definitivamente uma organização científica para as regiões florestais de Goa. Esta intenção revelava-se, desde logo, na escolha dos comissários. Ainda que a comissão fosse encabeçada oficialmente pelo Administrador das Matas, o tenente-coronel João Luís de Oliveira, a coordenação dos trabalhos estava a cargo de António Lopes Mendes. Recém-chegado da metrópole, Lopes Mendes era o primeiro técnico formado no Instituto Agrícola de Lisboa, criado em 1853, que vinha desempenhar funções na Índia. Embora tivesse ainda menos de 30 anos de idade, tinha já alguma experiência de trabalho, adquirida nos serviços prestados na colónia agrícola do Pinhal Novo e na administração da coudelaria do Crato³⁷. Contratado inicialmente para exercer funções de veterinário em Goa, pouco depois da sua chegada Lopes Mendes era já considerado como um especialista em matérias florestais³⁸.

O terceiro elemento da comissão, e o único goês, era o oficial da secretaria do governo da Índia, Filipe Nery Xavier. Nascido em Loutulim, na província de Salcete, este oficial compilara os usos e costumes das Novas Conquistas e a sua presença era imprescindível devido ao domínio que tinha das línguas concanim e maratha³⁹. Em certo sentido, o seu papel assemelhava-se ao do «intermediário local», cuja participação na formação do conhecimento colonial tem sido destacada pela historiografia⁴⁰. Mas, na verdade, Nery Xavier estava longe de ser apenas um «informador nativo». De facto, pertencendo a uma destacada família brãmene das Velhas Conquistas, Filipe Nery Xavier era membro de uma elite católica natural de Goa, que estabeleceu uma relação por vezes simbiótica, por vezes concorrencial, com os projectos da administração colonial⁴¹.

É sobretudo graças a Filipe Nery Xavier que podemos conhecer com algum detalhe o trabalho realizado pelos comissários entre Março e Maio de 1863. A consulta do diário que redigiu ao longo desses meses permite-nos vislumbrar o quotidiano da comissão, as dificuldades logísticas que enfrentou e as informações que reuniu. Foi também através dos dados coligidos por Nery Xavier que pude elaborar um mapa aproximado do percurso dos comissários, tarefa complexa devido à dificuldade de identificar os nomes actuais dos locais visitados (mapa n.º 2). Partindo de Pangim, no dia 12 de Março, Lopes Mendes e Nery Xavier dirigiram-se primeiramente à província de Perném, no extremo norte de Goa, onde se reuniram com o tenente-coronel Oliveira. A partir daí rumaram por alguns dias à província vizinha de Bicholim, antes de seguirem para Satari, onde permaneceram perto de seis semanas. Ao longo dos meses passados a inspeccionar as florestas destas regiões, os comissários dedicaram-se então a um conjunto de tarefas que sumariamente podem ser divididas em três eixos principais de actuação.

³⁷ *A Política Liberal*, n.º 662 (27-07-1862): 3.

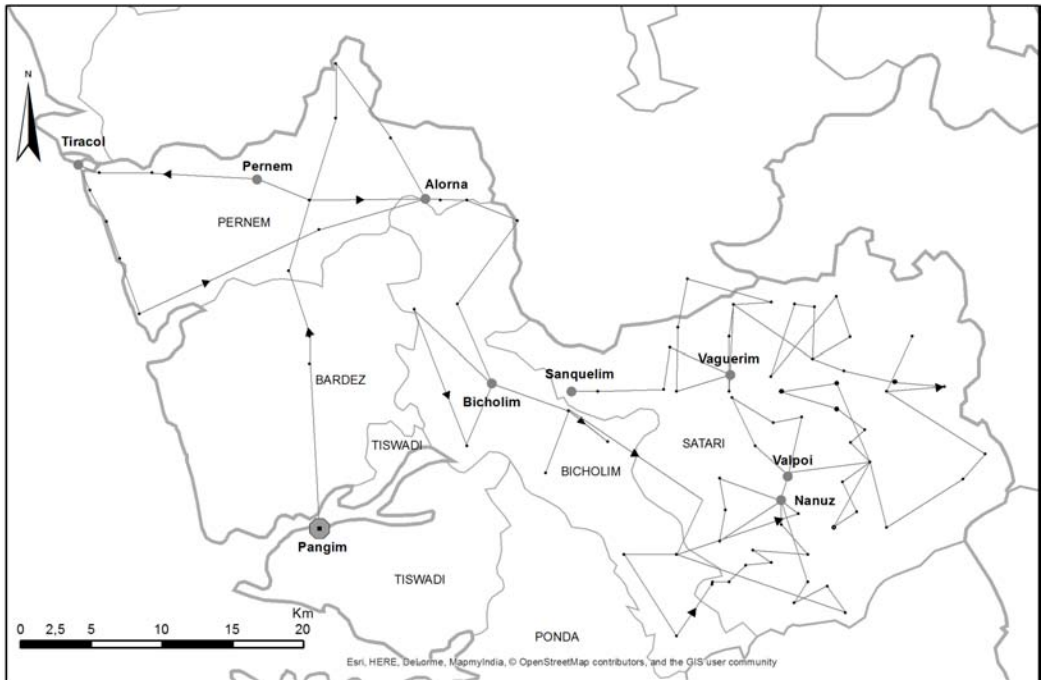
³⁸ AHU – «Ofício do Governo-Geral do Estado da Índia» (05-04-1862), n.º 1912, SEMU, *Correspondência de Governadores*, 1862. *A Phoenix de Goa*, n.º 76 (07-10-1862): 162.

³⁹ XAVIER, 1840; XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Científica» 3.

⁴⁰ BAYLY, 1996: 56-96; DRIVER, 2015.

⁴¹ PINTO, 2007: 72-87; LOBO, 2013.

Mapa n.º 2 – Percurso da Comissão das Matas (Março-Maio 1863).



Em primeiro lugar, a actividade da comissão consistia na visita às aldeias das diferentes províncias das Novas Conquistas, particularmente aquelas onde era sabido existirem florestas pertencentes à Fazenda Pública, com o objectivo de recolher informações sobre as mesmas. Esta recolha foi feita, em grande medida, junto dos *culcornins*, ou escrivães das aldeias, a quem foram pedidos esclarecimentos «acerca dos objectos relativos aos trabalhos encetados»⁴². Em segundo lugar, os membros da comissão empenharam-se em compilar apontamentos históricos, mapas estatísticos e colecções geológicas. Pela mão de Lopes Mendes, foram ainda esboçadas as paisagens, os edifícios e as figuras com que se depararam, formando «huma rica colecção de desenhos»⁴³.

Por último, os comissários empregaram a maior parte do seu tempo a percorrer, muitas vezes a pé, algumas das regiões mais inóspitas de Goa, estudando as florestas existentes e identificando os locais propícios ao estabelecimento de novas plantações. Observaram assim as importantes florestas tropicais húmidas de folha caduca ou semi-persistente das províncias de Bicholim e Satari, onde puderam identificar a existência de árvores como a maretá (*Terminalia tomentosa* Roxb), o jambó (*Xylia dolabriformis* Benth.), o manon (*Lagerstroemia parviflora* Roxb) e, em menor quantidade, a teca (*Tectona grandis* L.f.), todas consideradas como valiosas devido às suas madeiras. Interessaram-se ainda pelo processo de corte e condução destas madeiras por via fluvial, descre-

⁴² XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Descrptiva», 12 e 20.

⁴³ XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Descrptiva», 3, 16 e 25.

vendo a existência de pequenos diques que permitiam elevar a água dos rios o suficiente para deixar passar as madeiras cortadas no interior de Satari⁴⁴. O seu trabalho levou-os também a escalar algumas das montanhas mais altas do território, como o pico de Vague-rim em Satari, e a transpor a linha de fronteira com a Índia Britânica, com o intuito de, nas suas palavras, «fazermos o paralelo com o nosso território, e para melhor podermos comparar a flora das montanhas com a dos vales»⁴⁵.

5. LOPES MENDES E AS FLORESTAS DE GOA

Interrompidos pela doença que acometeu Lopes Mendes no final de Maio, os trabalhos de reconhecimento das florestas só viriam a ser reatados em 1870, quando uma nova comissão, liderada também por Lopes Mendes, visitou as restantes províncias das Novas Conquistas. No entanto, apesar da ausência de resultados imediatos, a Comissão das Matas de 1863 representou um marco importante na produção de conhecimento sobre as florestas de Goa, dando origem a um “arquivo” muito diversificado, composto por notas científicas, desenhos e colecções geológicas, mineralógicas e botânicas. Uma parte importante destes materiais serviu mais tarde de base à já referida obra de Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa*. Mas, num primeiro momento, foram reunidos num folheto intitulado *Apontamentos dos trabalhos da Comissão das Matas do Estado da Índia*, publicado ainda no ano de 1863.

Em parte, esta publicação terá servido como resposta às críticas da imprensa à escassez de resultados práticos da comissão⁴⁶. Mas teve também o objectivo de assegurar que os dados recolhidos, ainda que parcelares, se tornavam conhecidos, ao contrário do que tinha acontecido com as expedições anteriores⁴⁷. O folheto era assim composto por uma compilação dos documentos oficiais da comissão, por um relatório científico da autoria de Lopes Mendes e pelo diário redigido por Filipe Nery Xavier. No seu conjunto, estes documentos permitem esboçar algumas considerações sobre as ideias que influenciaram o pensamento dos comissários e, em particular, de Lopes Mendes. Sendo assim, serão em seguida investigadas algumas destas ideias, a partir da análise dos argumentos que foram mobilizados para fundamentar a necessidade de administrar as florestas de Goa.

5.1. «UMA FONTE DE RECEITA PÚBLICA»

O relatório de Lopes Mendes começava por descrever a composição geológica dos solos das províncias visitadas, a sua adequação às diferentes culturas agrícolas e florestais e as espécies arbóreas predominantes em cada região. Com esta descrição, o autor procurava responder a dois tópicos centrais. Por um lado, demonstrar a influência dos solos e das

⁴⁴ XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Descritiva», 39. De acordo com as suas instruções, os comissários parecem ter-se ocupado quase exclusivamente das árvores e madeiras de construção, deixando de lado outros produtos florestais como as resinas, o carvão ou as especiarias, que tinham um papel central na economia local, ver MORRISON & LYCETT, 2014: 156.

⁴⁵ XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Oficial», 19-20; «Secção Descritiva», 56-58.

⁴⁶ *A Aurora de Goa*, n.º 30 (28-07-1863): 119.

⁴⁷ XAVIER *et al.*, 1863: «Introdução», I.

condições climáticas na distribuição das florestas. Por outro, ilustrar o valor potencial destes recursos florestais, enquanto parte de um conjunto de riquezas naturais existentes nas Novas Conquistas. Alguns anos mais tarde, o próprio Lopes Mendes integrou uma comissão encarregada de seleccionar os produtos que foram remetidos para a Exposição Universal de Paris, em 1867, entre os quais se contavam vários exemplares de madeiras e outros «produtos das explorações e das indústrias florestais», como as sementes de teca e punas vermelha e branca ou a casca de mareta, que no seu entender davam «uma ideia do que poderá vir a ser a riqueza agrícola do país quando forem devidamente explorados.»⁴⁸. Sendo assim, caso fossem adequadamente administradas, as florestas de Goa poderiam contribuir grandemente para a viabilidade económica da colónia.

Assim sendo, Lopes Mendes não hesitava em considerar necessária a intervenção estatal nestas florestas, uma vez que a sua conservação e rentabilização convinha ao interesse público. Não deixava, contudo, de reconhecer a dificuldade de articular este imperativo com o primado da propriedade privada, que fora consagrado pela Carta Constitucional⁴⁹. No seu relatório, declarava então que as florestas:

*Assim como se podem economicamente considerar como uma indústria, são financeiramente uma fonte de receita pública. As razões, que justificam a concentração de uma parte do solo florestal no domínio do estado, são conhecidas aos que concedem pela necessidade pública esta excepção aos princípios geraes da economia política. O estado, que deve abster-se de ser proprietário e industrial no próprio interesse da sociedade é pelas conveniências da nação obrigado a explorar por sua conta uma considerável porção de terreno arborizado*⁵⁰.

Embora não refira explicitamente nenhum autor, Lopes Mendes reproduzia com este parecer algumas ideias comuns sobre a administração florestal, sobretudo no contexto alemão, que vinham sendo defendidas desde o final do século XVIII por autores como Wilhelm Roscher ou Heinrich Cotta, para quem apenas o estado podia assegurar a estabilidade necessária à gestão dos recursos florestais⁵¹. Baseava-se também, por certo, em alguns textos publicados em Portugal nesse período, como o relatório de Venâncio Augusto Deslandes sobre o ensino silvícola europeu, de onde a passagem acima citada parece ter sido retirada⁵². Mas provavelmente a influência mais decisiva no pensamento de Lopes Mendes foi a do seu mestre e conterrâneo Rodrigo de Moraes Soares, director da Repartição de Agricultura e da revista *Archivo Rural*, que em muitos dos textos que escreveu ao longo das décadas de 1850 e 1860 sublinhou a importância de se constituir um património florestal do estado⁵³.

⁴⁸ XAVIER *et al.*, 1866: 2.

⁴⁹ MELO, 2010: 23-25 e 250-251.

⁵⁰ XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Scientifica» 19.

⁵¹ RADKAU, 2012: 149-151.

⁵² DESLANDES, 1858: 204-205; RADICH & ALVES, 2000: 98-101.

⁵³ SOARES, 1862: 441-442; SOARES, 1866: 77; MELO, 2010: 152-154.

5.2. «AS MAIS SELECTAS FLORESTAS DO CONCÃO»

Terá sido também esta formação que alertou Lopes Mendes para os sinais de desastre ecológico iminente com que se deparou, uma e outra vez, na sua digressão pelas Novas Conquistas. À imagem de muita da literatura científica sobre florestas produzida neste período, o seu relatório adoptava assim um tom pessimista, descrevendo o «tristíssimo estado» do que julgava terem sido em tempos as «mais selectas florestas do Concão»⁵⁴. Escrevendo sobre a província de Perném, Lopes Mendes referia que:

*As cumiadas da maior parte dos outeiros desta Província, principalmente desde a praça de Alorna, Mopa, até Querim e Mandrem, estão despidas de arvoredo. E a julgar pelas essências arbóreas que encontrámos, deviam ser outr'ora povoadas de grandes florestas, de que subsiste aqui uma árvore; mais ao longe outra nas cristas mais elevadas, como se para ali se houvessem refugiado para subtrahir-se à devastação geral*⁵⁵.

Esta «devastação geral» preocupava-o, desde logo, porque significava que os ricos recursos florestais de Goa poderiam desaparecer em breve, caso nada fosse feito para o evitar. Mas, apesar de destacar o valor económico das florestas, Lopes Mendes recorria também uma linguagem humboldtiana, próxima à dos autores estudados por Richard Grove para o caso da Índia Britânica, afirmando que «a conservação das florestas nas montanhas das Novas Conquistas é de grande utilidade, porque sem ellas os extremos de aridez e de humidade, já hoje muito sensíveis, serão muito mais expressivos»⁵⁶.

As semelhanças com as ideias desenvolvidas na Índia Britânica estendiam-se também à identificação das causas desta desflorestação. Para Lopes Mendes esta era causada, por um lado, pela agricultura itinerante, ou *cumerins*, praticada tanto pelas populações das Novas Conquistas, como pelos seus vizinhos na Índia Britânica⁵⁷. «Os montanhesees costumam aplicar à cultura do *nachinim* e de outros legumes, os terrenos das encostas dos rios e os declives das montanhas, onde o arvoredo está mais desenvolvido, ao qual depois lançam fogo», explicava, sustentando a necessidade de se adoptarem medidas para «remediar este mal»⁵⁸. Por outro lado, a desflorestação era também atribuída aos *goulis* ou *dhangars*, casta de pastores nómadas que habitava nas encostas dos Gates, que tinham por hábito «incendiar os bosques mais densos, com o fim de destruir as grandes e venenosas cobras, os tigres e outros animais ferozes que ali se encontram.»⁵⁹.

⁵⁴ XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Scientifica», 7.

⁵⁵ XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Scientifica», 6-7.

⁵⁶ AHU – «Considerações sobre as Novas Conquistas do Estado de Goa» (1872), n.º 1921-1, SEMU, *Correspondência de Governadores*, 1872; GROVE, 1995: 366-372 e 426-227.

⁵⁷ BUCHY, 1996: 134-140.

⁵⁸ XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Scientifica», 7-8. A crítica a estas práticas era, de resto, recorrente nos textos dos silvicultores coloniais em diferentes regiões, ver BEINART & HUGHES, 2007: 119-121.

⁵⁹ XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Scientifica», 7; BUCHY, 1996: 132-134; ALVARES, 2002: 45.

5.3. GOVERNAR A NATUREZA, GOVERNAR AS POPULAÇÕES

Alicerçados em argumentos científicos, estes discursos tomavam como ponto de partida a ideia de que as práticas agrícolas das populações locais constituíam uma ameaça para a subsistência dos recursos naturais e que deviam, por isso, ser restringidas ou mesmo proibidas. Esta argumentação era comum a diversos espaços imperiais, mas também ao interior do próprio continente europeu, tendo servido frequentemente para legitimar uma diversidade de políticas de «governo da natureza», que se manifestaram de forma particularmente evidente a partir do século XVIII⁶⁰. Neste sentido, argumentos sobre a destruição das florestas como os que foram mobilizados por Lopes Mendes devem ser submetidos a um olhar crítico porque, como explica Joachim Radkau, estes discursos reflectem a opinião de administradores florestais preocupados com a conservação de um tipo específico de floresta, constituída por espécies consideradas rentáveis⁶¹. Da mesma forma, os estudos recentes de Kathleen Morrison têm demonstrado que as florestas dos Gates Ocidentais, longe de serem resquícios de uma cobertura florestal primitiva, são paisagens dinâmicas produzidas, em parte, pela acção dos seus habitantes⁶².

Em Goa, tal como noutros espaços coloniais, os discursos sobre os efeitos nocivos das práticas agrícolas locais no meio ambiente estiveram na origem de diversas tentativas de regular o acesso das populações locais aos recursos florestais⁶³. Para os administradores coloniais, o «governo da natureza» e o «governo das populações» surgiam assim como duas faces de uma mesma moeda. De facto, se para rentabilizar as florestas era preciso conhecê-las e demarcá-las, para as administrar correctamente seria também necessário controlar a passagem dos rebanhos dos *goulis* e a prática dos *cumerins*. No seu relatório, Lopes Mendes indicava algumas das medidas que tinham sido adoptadas nesse sentido, contando que «dos terrenos arborizados já se mandou sahir os *Goulis* que residem no Estado e os pastores estrangeiros; (...) com graves penas aos que lançarem fogo às mattas», e que tinham sido dadas ordens aos administradores das Novas Conquistas para que demarcassem os terrenos onde se poderiam efectuar os *cumerins*⁶⁴.

Esta tentativa de identificar diferentes categorias de terrenos constituía, de resto, um dos principais objectivos da comissão. Tratava-se, de certo modo, de desvincular as florestas da paisagem em que se inseriam, circunscrevendo o que deviam ser terrenos agrícolas e o que devia ser floresta⁶⁵. No entanto, se para alguns autores existia uma oposição entre zonas florestais e agrícolas, para António Lopes Mendes os processos de modernização da floresta e do campo estavam intimamente relacionados, devendo contribuir no seu conjunto para o desenvolvimento da colónia. Deste modo, para Lopes Mendes, tal como as florestas «irregulares» das Novas Conquistas podiam ser regularizadas «pela boa aplicação das regras, que prescreve a ciência»⁶⁶, também os seus habitantes podiam ser

⁶⁰ DRAYTON, 2000: 229-238; RADKAU, 2012: 172-193.

⁶¹ RADKAU, 2012: 159 e 164-167.

⁶² MORRISON & LYCETT, 2014: 148-151.

⁶³ BEINART & HUGHES, 2007: 119-121.

⁶⁴ XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Scientifica», 7-8.

⁶⁵ SIVARAMAKRISHNAN, 1999: 185-186.

⁶⁶ XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Scientifica», 19.

pacificados se fossem levados a abandonar o nomadismo e a abraçar uma agricultura sedentária. Para sustentar esta opinião, referia a experiência das plantações anglo-americanas em Satari, iniciadas no ano anterior, graças às quais:

Já hoje centenaes de naturaes, que viviam da zuranty e da caitóca (armas de fogo) se occupam no serviço dos rendeiros arroteando os famosos terrenos incultos. Depois destes colonos obterem os proveitos dos seus estabelecimentos agrícolas, é que os indígenas se convenceram da bellesa de Sattary, de que até aqui só tem conhecido os rigores⁶⁷.

6. NOTAS FINAIS

Ao longo das páginas anteriores procurei interrogar a génese dos projectos coloniais que incidiram sobre as florestas de Goa, investigando os trabalhos realizados pela Comissão das Matas de 1863. Esta expedição representou efectivamente uma etapa importante na produção de conhecimento sobre estas florestas e, de uma forma mais abrangente, sobre os territórios das Novas Conquistas, embora os seus resultados só tenham vindo a ser completados por uma outra comissão nomeada em 1870. Assim sendo, a sua análise constitui um bom ponto de partida para reflectir sobre o desenvolvimento das políticas de gestão dos recursos naturais no contexto imperial português. Desde logo, porque decorreu num período em que iniciativas semelhantes estavam a ser adoptadas em diferentes espaços coloniais e metropolitanos. Mas também porque muitos dos tópicos que preocuparam os comissários, como o controlo estatal sobre as zonas florestas, as consequências ecológicas da sua destruição ou o impacto negativo das práticas agrícolas locais, continuaram a ser debatidos ao longo das décadas seguintes.

Em jeito de conclusão, podemos assim verificar que o estudo da Comissão das Matas nos permite aceder a algumas das facetas menos conhecidas da história oitocentista de Goa, integrando-a nos debates sobre a História Ambiental dos Impérios. Em primeiro lugar, porque nos alerta para a circulação de ideias, modelos e práticas de administração das florestas entre espaços imperiais. Esta circulação chama-nos também a atenção para a necessidade de repensar a imagem de Goa como um território atávico e marginal na história das dinâmicas imperiais do século XIX. Em segundo lugar, a identidade dos comissários convida-nos a questionar os diferentes papéis desempenhados por militares, cientistas e pelas próprias elites goesas no desenvolvimento do colonialismo português em Goa ao longo deste período. Os percursos de Lopes Mendes e Nery Xavier parecem-me, de resto, particularmente interessantes sob este ponto de vista.

Por fim, embora as políticas de gestão dos recursos florestais adoptadas em Goa tenham sido profundamente influenciadas pelo *Raj* britânico, o seu estudo pode oferecer-nos um contraponto face às narrativas dominantes da historiografia anglo-saxónica que, de certo modo, naturalizam uma interpretação da História Ambiental dos impérios em que o caso britânico é frequentemente apresentado como paradigmático. Nesse sentido,

⁶⁷ XAVIER *et al.*, 1863: «Secção Scientifica», 17.

a tentativa de esboçar histórias ambientais de outros espaços, como Goa, pode contribuir não só para repensar as dinâmicas do colonialismo português no século XIX, mas também para enriquecer e complexificar o quadro dominante da História Ambiental dos impérios, baralhando cronologias e colocando novas questões.

FONTES

Manuscritos

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Conselho Ultramarino, Índia, caixas 162, 358 e 410.

Consultas do Conselho Ultramarino, caixa 10.

Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, n.º 1902; n.º 1903; n.º 1905-2; n.º 1912; n.º 1921-1.

Periódicos

A Aurora de Goa, Calangute (1862-1865).

A Phoenix de Goa, Calangute (1861-1862).

A Política Liberal, Lisboa (1860-1862).

Impressos

DESLANDES, Venâncio Augusto (1858) – *Ensino e Administração Florestal. Relatório apresentado a S. Exa. o Ministro das Obras Públicas, Commercio e Indústria*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MENDES, António Lopes (1886) – *A Índia Portuguesa. Breve Descrição das Possessões Portuguesas na Ásia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2 vols.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e (1815) – *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos Bosques em Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

SOARES, Rodrigo de Moraes (1862) – *Chronica Agrícola*. «Archivo Rural. Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas», vol. IV, p. 441-442.

____ (1866) – *Chronica Agrícola*. «Archivo Rural. Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas», vol. IX, p. 76-78.

XAVIER, Filipe Nery (1840) – *Colecção de Bandos, e outras Providências que servem de Leis Regulamentares para o Governo Económico, e Judicial das Províncias denominadas das Novas Conquistas*. Nova Goa: Imprensa Nacional.

XAVIER, Filipe Nery; MENDES, António Lopes; OLIVEIRA, João Luís de (1863) – *Apontamentos dos Trabalhos da Comissão das Matas do Estado da Índia*. Nova Goa: Imprensa Nacional.

XAVIER, Filipe Nery; MENDES, António Lopes; OLIVEIRA, José António de (1866) – *Relatório acompanhado da relação dos objectos enviados à comissão central de Lisboa, directora dos trabalhos preparatórios para a Exposição Universal de 1867 em Paris, pela comissão do Estado da Índia Portuguesa*. Nova Goa: Imprensa Nacional.

BIBLIOGRAFIA

ALVARES, Claude, ed. (2002) – *Fish, Curry and Rice. A sourcebook on Goa, its ecology and life-style*. Mapusa: The Goa Foundation.

AXELROD, Paul; FUERCH, Michelle (2006) – *Common Ground. Risk, Scarcity and Shared Resources in Goan Agriculture*. «Human Ecology», vol. 34, n.º 1, p. 79-98.

BARTON, Gregory (2002) – *Empire Forestry and the Origins of Environmentalism*. Cambridge: Cambridge University Press.

- BAYLY, C. A. (1996) – *Empire and Information. Intelligence gathering and social communication in India, 1780-1870*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BEATTIE, James (2012) – *Recent Themes in the Environmental History of the British Empire*. «History Compass», vol. 10, n.º 2, p. 129-139.
- BEINART, William; HUGHES, Lotte (2007) – *Environment and Empire*. Oxford: Oxford University Press.
- BRANCO, Rui (2005) – *The Cornerstones of Modern Government Maps, Weights and Measures and Census in Liberal Portugal (19th century)*. Florença: European University Institute. Tese de Doutoramento.
- BUCHY, Marlène (1996) – *Teak and Arecanut. Colonial State, Forest and People in the Western Ghats (South India), 1800-1947*. Pondichery: Institut Français de Pondichery.
- CARREIRA, Ernestina (2003) – *L'Empire et ses Vaisseaux. La Construction Navale Dans L'Océan Indien Occidental aux XVIIIe et XIXe Siècles*. In CARREIRA, Ernestina; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos, eds. – *Éclats d'Empire, du Brésil a Macao*. Paris: Maisonneuve et Larose, p. 127-171.
- ____ (2006) – *Aspectos Políticos*. In MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel, dir. – *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V, *O Império Oriental (1660-1820)*, coord. LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, tomo I. Lisboa: Estampa, p. 17-122.
- CROSBY, Alfred (1986) – *Ecological Imperialism: The Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- DRAYTON, Richard (2000) – *Nature's Government. Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World*. New Haven, Yale University Press.
- DRIVER, Felix (2015) – *Intermediaries and the archive of exploration*. In KONISHI, S.; NUGENT, M.; SHELLAM, T., eds. – *Indigenous Intermediaries: New Perspectives on Exploration Archives*. Canberra: Australian National University, p. 11-30.
- FARIA, Alice Santiago (2014) – *Architecture Coloniale Portugaise à Goa. Le Département des Travaux Publics, 1840-1926*. Saarbrücken: Presses Académiques Francophones.
- FOREST SURVEY OF INDIA, Ministry of Environment & Forests (2015) – *State of Forest Report*. Disponível em <http://fsi.nic.in/details.php?pgID=sb_62> [Consulta realizada em 29-05-2016].
- GROVE, Richard (1995) – *Green Imperialism. Colonial expansion, tropical island Edens and the origins of environmentalism, 1600-1860*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GUHA, Ramachandra; GADGIL, Madhav (1992) – *This Fissured Land. An Ecological History of India*. Nova Deli: Oxford University Press.
- HAINES, Daniel (2015) – *Constructing State Power: Internal and External Frontiers in Colonial North India, 1850s-1900s*. «Environmental History», vol. 20, n.º 4, p. 645-670.
- LOBO, Sandra (2013) – *O desassossego goês. Cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- MANN, Michael (2013) – *Environmental History and Historiography on South Asia: Context and some recente publications*. «Südasiens-Chronik», vol. 3, p. 324-357.
- MELO, Cristina Joanaz de (2010) – *Contra Cheias e Tempestades: Consciência do território, debate parlamentar e políticas de águas e de florestas em Portugal 1852-1886*. Florença: European University Institute. Tese de Doutoramento.
- MINISTRY OF ENVIRONMENT AND FORESTS (2011) – *Report of the Western Ghats Ecology Expert Panel. Submitted to the Ministry of the Environment and Forests, Government of India*. Disponível em <<http://www.westernghatsindia.com/madhav-gadgil-report.html>> [Consulta realizada em 29-05-2016].
- MORRISON, Kathleen; LYCETT, Mark (2014) – *Constructing Nature: Socio-Natural Histories of an Indian Forest*. In HENCH, Susanna; MORRISON, Kathleen; PADOCH, Christine, eds. – *The Social Lives of Forests: Past, Present, and Future of Woodland Resurgence*. Chicago: University of Chicago Press, p. 148-160.
- PÁDUA, José Augusto (2002) – *Um Sopro de Destruição. Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- PINTO, Rochelle (2007) – *Between Empires. Print and Politics in Goa*. Nova Deli: Oxford University Press.

- RADICH, Maria Carlos; ALVES, A. A. Monteiro (2000) – *Dois Séculos de Floresta em Portugal*. Lisboa: CELPA.
- RADKAU, Joachim (2012) – *Wood: A History*. Cambridge: Polity Press.
- RAJAN, Ravi (2006) – *Modernizing Nature. Forestry and Imperial Eco-Development 1800-1950*. Oxford: Oxford University Press.
- RODRIGUES, Eugénia (2006) – *A Agricultura. Entre as Comunidades de Aldeia e os Empreendimentos Estadais*. In MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel, dir. – *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V, *O Império Oriental (1660-1820)*, coord. LOPES, Maria de Jesus dos Mártires, tomo I. Lisboa: Estampa, p. 449-510.
- ROQUE, Ricardo (2001) – *Antropologia e Império. Fonseca Cardoso e a Expedição à Índia em 1895*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SIVARAMAKRISHNAN, K. (1999) – *Modern Forests. Statemaking and Environmental Change in Colonial Eastern India*. Stanford: Stanford University Press.
- ____ (2008) – *Science, Environment and Empire History: Comparative Perspectives from Forests in Colonial India*. «Environment and History», vol. 14, n.º 1, p. 41-65.
- SKARIA, Ajay (1999) – *Hybrid Histories: Forests, Frontiers and Wildness in Western India*. New Delhi: Oxford University Press.
- WING, John T. (2012) – *Keeping Spain Afloat: State Forestry and Imperial Defense in the Sixteenth Century*. «Environmental History», vol. 17, n.º 1 (Janeiro), p. 116-145.